

EXPANSÃO URBANA E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS EM CIDADES SUB-REGIONAIS: DINÂMICAS E AGENTES EM ITABERABA (BA), 1980–2020

Ythana de Oliveira Santos¹

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: ythanaos@outlook.com

Janio Santos²

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Resumo:

Este texto tem como objetivo analisar o processo de expansão urbana de Itaberaba, no sentido de investigar de que maneira, entre as décadas de 1980 a 2020, ocorreram transformações no espaço urbano, as quais contribuíram para a formação de uma cidade desigual. No que se refere ao aporte metodológico, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre expansão e periferia urbana; pesquisa documental em órgãos municipais e legislações; e produção de mapas temáticos e sociodemográficos, para avaliar o grau de expansão urbana, entre as décadas de 1980 e 2020. Constatou-se que, como outras cidades sub-regionais, Itaberaba representa tendências nacionais de exclusão e segregação social e racial. A expansão ocorreu com base em uma “corrida” pela “urbanização e modernidade”, amparada pelo Estado e encampada pela iniciativa privada. Todavia, não se preocupou com o direito à cidade para a população pobre e, por isso, reflete as problemáticas urbanas em variadas expressões espaciais, que retiram o direito à vida digna de inúmeras famílias.

Palavras-chave: Expansão urbana; Itaberaba; Espaço urbano; Cidade sub-regional.

URBAN EXPANSION AND THE FORMATION OF PERIPHERIES IN SUB-REGIONAL CITIES: DYNAMICS AND AGENTS IN ITABERABA (BAHIA), 1980–2020

Abstract

This text aims to analyze the urban expansion process of Itaberaba, seeking to investigate how, between the 1980s and 2020, transformations in the urban space occurred, contributing to the formation of an unequal city. With regard to the methodological approach, bibliographic research was conducted on urban expansion and peripheries; documentary research was carried out in municipal agencies and legislation; and thematic and demographic maps were produced to assess the degree of urban expansion between the 1980s and 2020. It is found that, like other sub-regional cities, Itaberaba reflects national trends of social and racial exclusion and segregation. The expansion took place based on a 'race' for 'urbanization and modernity', supported by the State and embraced by the private sector. However, there was no concern for the right to the city for the poor population, and as a result, it reflects

¹ Professora efetiva da Secretaria de Educação estado da Bahia.

² Professor-Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB). Bolsista de Produtividade CNPq Nível 2.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

urban issues in various spatial expressions that deny numerous families the right to a dignified life.

Keywords: Urban expansion; Itaberaba; Urban space; Sub-regional city.

EXPANSIÓN URBANA Y LA FORMACIÓN DE LAS PERIFERIAS EN CIUDADES SUBREGIONALES: DINÁMICAS Y AGENTES EN ITABERABA (BAHÍA), 1980–2020

Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar el proceso de expansión urbana de Itaberaba, con el fin de investigar de qué manera, entre las décadas de 1980 y 2020, se produjeron transformaciones en el espacio urbano que contribuyeron a la formación de una ciudad desigual. En lo que respecta al enfoque metodológico, se realizaron investigaciones bibliográficas sobre expansión y periferia urbana; investigación documental en organismos municipales y legislaciones; y elaboración de mapas temáticos y demográficos para evaluar el grado de expansión urbana entre las décadas de 1980 y 2020. Se constata que, al igual que otras ciudades subregionales, Itaberaba representa tendencias nacionales de exclusión y segregación social y racial. La expansión se llevó a cabo basada en una 'carrera' por la 'urbanización y la modernidad', respaldada por el Estado y asumida por la iniciativa privada. Sin embargo, no se tuvo en cuenta el derecho a la ciudad para la población pobre y, por ello, se reflejan las problemáticas urbanas en diversas expresiones espaciales que privan a numerosas familias del derecho a una vida digna.

Palabras clave: Expansión urbana; Itaberaba; Espacio urbano; Ciudad subregional.

Introdução

Ao longo do século XX, diversas transformações sociais, ideológicas e econômicas alteraram a organização do espaço urbano brasileiro. No período pós-segunda guerra, o Brasil seguiu a tendência mundial que contribuiu para a visão das cidades como ideal de modernidade, e de transformações nas relações de trabalho e produção, que influenciaram a infraestrutura urbana, a produção habitacional e o contingente populacional nas cidades, e deram início a processos de expansão urbana, impulsionados por agentes específicos, como aponta Maia (2020).

Constata-se que o maior mecanismo de expansão da cidade contemporânea é a integração do espaço rural ao urbano, regulamentada pelo Estado, e que tem como principais beneficiários os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, o que é elucidado na afirmativa de que “O planejamento urbano constitui a expressão mais acabada de controle administrativo sobre a organização da cidade. Trata-se de delegar no Estado a gestão da expansão urbana, a construção das infraestruturas e a decisão sobre a localização das atividades na cidade” (Silva, 1994, p.123).

Assim, a produção do espaço é realizada através da contradição do valor de uso e de troca, como confirma Lefebvre (2008), e permite abranger o debate do direito à cidade, do papel essencial do Estado, da apropriação do espaço por agentes do capital, sejam os imobiliários ou financeiros, e da cidade como espaço de produção e reprodução do sistema. Portanto, a expansão urbana é um processo singular que pode ser observado nessa lógica, além de percussor de contradições, o que o torna fator fundamental para a compreensão da cidade.

Portanto, este texto tem como objetivo analisar a expansão urbana de Itaberaba, no sentido de investigar de que maneira, entre 1980 e 2020, ocorreram transformações no espaço urbano que contribuíram para a formação de uma cidade desigual. Embora o processo tenha sido influenciado por lógicas sociais, econômicas e políticas hegemônicas de produção do espaço urbano, também se caracteriza de forma particular em cada cidade.

O município de Itaberaba está localizado no centro norte do estado, a 287,3 km da capital baiana, faz parte do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu e está localizado entre uma rodovia federal, BR-242, e duas estaduais, BA-046 e BA-233. A cidade ocupa na rede urbana do estado da Bahia o título de centro sub-regional B (IBGE, 2020) e é caracterizada como cidade sub-regional³, conforme Santos (2022), pois possui uma rede de influência em sua hinterlândia.

Segundo dados do Censo de 2022, o município possui 65.073 residentes e 53.505 moravam na área urbana, com taxa de urbanização de 82,2%. Sobre a base econômica, embora Itaberaba seja um dos maiores produtores de abacaxi do estado da Bahia, é vinculada ao comércio e serviços. Em 2019, a participação do setor terciário no Produto Interno Bruto (PIB) do município representava 84,8%, incluindo a administração pública. Entretanto, embora não sejam os setores que mais geram empregos formais e PIB, a agropecuária e a indústria se destacaram com 3,9% e 11,3% de participação, respectivamente (IBGE, 2024).

O crescimento das cidades, sob a lógica capitalista, contribuiu para ampliar as desigualdades socioespaciais. Por um lado, pessoas migraram para grandes e médias cidades, teoricamente, em busca de qualidade de vida e do ideal de modernidade. Todavia, na maioria

³ Cidades sub-regionais: além de colonizadas pelas cidades médias, não estão inseridas em áreas metropolitanas; por sua menor complexidade, em relação às maiores, dependem das cidades médias e, na maioria dos casos, apresentam relações de complementariedade mais intensas entre si e com o campo; e articulações diretas, ainda que mais elementares, com áreas urbanas de grande porte ou metrópoles; para finalizar, diferenciam-se das cidades pequenas porque são polarizadoras de áreas que estão além das imediações e limites municipais, o que, envolve, a depender do caso, conjuntos que variam de poucos a vários municípios pequenos (Santos, 2022).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

delas, inclusive as menores, não recebem os meios necessários para efetivação de direitos para todos (Dias; Santos, 2018). Assim, lembra-se que o crescimento e a infraestrutura urbanas nem sempre seguem linhas de ações paralelas e os mecanismos que viabilizam tais processos acontecem sob a lógica de agentes específicos, por isso a incorporação na cidade de loteamentos e condomínios, mas também de ocupações e políticas de habitação popular.

No que se refere ao aporte metodológico, foram necessários estudos da periferia urbana e de mecanismos que viabilizam a expansão urbana e suas consequências. No âmbito de obtenção de informações locais, analisou-se documentos do Arquivo Público de Itaberaba e jornais e acervos online para obter decretos, planos e leis do controle do solo e da infraestrutura urbana. Também foram elaborados mapas temáticos da expansão da cidade, entre 1980 e 2020; de conjuntos habitacionais e loteamentos, desenvolvidos a partir da base digital disponibilizada pela Secretaria de Obras do Município; e demográficos e sociais, em face os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022.

O texto está estruturado em quatro seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na seguinte, trata-se teoricamente da expansão e produção da cidade; a terceira aborda a expansão da cidade de Itaberaba, entre as décadas de 1980 e 2000; e nas duas últimas, discute-se os agentes produtores e as consequências da expansão urbana, com apontamentos teóricos acerca da produção das periferias em cidades sub-regionais.

Expansão urbana e a produção do espaço

O espaço urbano não se reduz à disposição dos objetos no espaço, mas também às condições para realização da vida, tornando-se condição, meio e produto da ação humana ao longo do tempo (Carlos, 2007). Pode-se afirmar, dessa forma, que o espaço predomina sobre o tempo e analisá-lo, através da ótica da espacialidade, requer estudar suas características atuais.

A sociedade também se apresenta como fator determinante. As formas de organização antigas e contemporâneas da sociedade contribuem para fundamentação da desigualdade e de possibilidades de mudanças no espaço urbano. Entretanto, a influência é uma via de mão dupla. Se, por uma perspectiva, o espaço se expressa como reflexo do processo produtivo, por outra, condiciona a organização da vida nas áreas urbanas. Por exemplo, os empreendimentos possuem localizações estratégicas para a lógica do capital e interferem na manutenção das relações de produção.

Lefebvre (2008) aponta, em suas obras, as transformações na oposição entre cidade-campo, que se desfazia ao longo do tempo. Tanto nas ideias quanto nas representações sociais, a cidade passou a se sobrepor ao campo e consolidou a expansão do tecido urbano e a contínua urbanização. Todavia, o tecido urbano nos países de economia dependente possui especificidades, uma vez que se constitui como a junção de fenômenos econômicos e estruturas sociais hegemônicas, ainda que fatos políticos e étnicos também sejam relevantes.

Não existe um plano típico de cidade: uma mesma cidade pode abarcar uma ou mais cidades na morfologia de seu tecido, e isso acontece devido à oposição entre níveis da vida, setores de atividades econômicas e classes sociais. Isto é, a cidade é produzida coletivamente, mas apropriada de forma privada, como afirma Carlos (2007). A separação do trabalho nas cidades faz com que o capital se materialize no espaço urbano e crie áreas privilegiadas e áreas segregadas com características muito diferentes (Lefebvre, 2008).

Para Lefebvre (2008), a expansão do tecido urbano pode ser consolidada ou acontecer através da contínua urbanização. Na sociedade capitalista, o espaço é produzido e reproduzido para o consumo, o que o transforma em mercadoria e se adequa ao mercado, que segue tendências mundiais e gera a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da cidade.

Para alcançar tal objetivo, a propriedade privada é usada para estratificar e segregar socialmente os indivíduos no espaço urbano. O processo acontece em diferentes graus de intensidade em cada cidade, mas apresenta problemáticas parecidas como consequências dessa lógica, e são elas: desemprego, falta de habitação, problemas na mobilidade urbana, escassos serviços básicos, como acesso à água, luz e esgoto (Maia; Silva, 2020).

Há dois processos atuais de expansão urbana: a urbanização corporativa e a difusa. Na urbanização corporativa, os interesses de grandes empreiteiras e os recursos públicos são orientados para investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais. Já a urbanização difusa distribui pontos urbanizados sobre a totalidade do território, em meio às áreas rurais, o que favorece a migração campo-cidade (Maia; Silva, 2020). O desafio, portanto, é distinguir os processos que possibilitam a reconfiguração da expansão urbana e convergem por diferentes fatores, como política habitacional, criação de novas centralidades, mercado imobiliário etc., mas também possuem particularidades e singularidades.

A lógica capitalista, dessa maneira, fragmenta o espaço urbano, ao mesmo tempo que recorre à homogeneização (Carlos, 2007). Embora a propriedade privada seja responsável

pela fragmentação, existe um plano mundial que tende a padronizar e expandir o espaço urbano. E essa produção desigual acirra as desigualdades no espaço, o que gera reivindicações sociais pelo direito à cidade.

Dessa forma, a cidade está em constante reorganização, que se vincula às ações de diferentes agentes e sujeitos. E o espaço urbano continua a ser produzido com base na fragmentação desigual e articulada e, ao mesmo tempo, torna-se reflexo e condicionante da sociedade, como aponta Corrêa (1989), mesmo reinventando-se em suas formas e funções. Logo, considera-se o equilíbrio social como um discurso ideológico, já que a produção do espaço não permite sua concretização.

A compreensão dialética do espaço urbano pode ser voltada a pensar o valor de uso e a (re)produção das relações sociais de produção, e é nessa lógica que se destacam as ações das pessoas que vivem nesse espaço, e se considera a qualidade da expansão da mancha urbana, os impactos das lógicas hegemônicas ante a produção da vida, os conflitos e formas de resistência nas cidades.

O espaço urbano é criado por agentes que produzem sua raridade, isto é, a produção do espaço forjada e consolidada opondo áreas valorizadas da cidade e áreas pobres. Não há, portanto, escassez de terrenos para construção, mas sim, espaços estratégicos para as ações de empreendedores imobiliários, articulados com proprietários de terras, bancos, instituições financeiras e o Estado (Damiani, 1999).

O Estado gerencia os serviços urbanos e, ao agir em favor do setor imobiliário, contribui para a especulação imobiliária, o que transforma serviços públicos em privilégios, por conta da demanda e escassez (Singer, 1982). Portanto, o espaço urbano também está vinculado ao nível macroeconômico, pois é nessa ordem que se definem os orçamentos municipais e a forma como os recursos serão distribuídos, o que remete, mais uma vez, à importância da ação desse agente (Maricato, 2002).

O Estado possui papel fundamental na definição do uso do solo urbano, pois sistematiza e regulamenta a utilização desse espaço. Porém, são os agentes do capital que atuam no condicionamento concreto das práticas socioespaciais que, como consequência, promovem a fragmentação e segregação espaciais, e causam conflitos.

O poder das elites se reflete nas cidades e as transformam no que Harvey (2013) chama de fragmentos fortificados, como consequência do desenvolvimento urbano desigual. Disso emergem conflitos sociais que formam as cidades e é aqui que o protagonismo das

classes pobres sobressai: a mobilização e a luta política e social da sociedade organizada são capazes de modificar a cidade e, consequentemente, (re)produzir o espaço urbano, e tais mudanças dependem de esforços coletivos, lutas e da conquista de direitos.

Portanto, é preciso considerar que os indivíduos segregados não se limitam apenas às favelas e periferias sem infraestrutura. Embora, nas cidades, parte das pessoas more em áreas pobres, elas trabalham nos centros e dependem do transporte coletivo para se locomover, usufruem das áreas de lazer, vão as escolas, precisam de hospitais e postos de saúde e todos os serviços que a cidade oferece. Dessa forma, através de reivindicações coletivas e da solidariedade, conforme Santos (2000), esses grupos também (re)produzem o espaço urbano.

As favelas são a estratégia de sobrevivência e resistência para os pobres, a convergência dos grupos expulsos do campo e/ou vítimas das formas excludentes de ocupação das cidades. Para Maricato (2009), tais grupos são, antes de tudo, moradores do espaço urbano, beneficiados ou atingidos pelas decisões e transformações do capital e, consequentemente, seus principais agentes, pois representam as contradições que nele existem e que geram a inevitável luta de classes. Esses moradores definem as demandas necessárias para um espaço menos desigual, através da formação de movimentos sociais organizados.

Portanto, pode-se identificar duas formas de utilização do espaço urbano: apropriação e a dominação. A primeira se relaciona às ações dos indivíduos ocasionadas por seu cotidiano, à simbologia e à significação das práticas, é a forma vivida do espaço. A dominação refere-se à coação, que através de estratégias políticas e econômicas induz os indivíduos a consumir o espaço. Essa característica é típica do espaço-mercadoria, forjado pelo capitalismo, que ao invés de criar condições para realização da vida o torna objeto de consumo (Carlos, 2007).

A produção do espaço é realizada através da contradição do valor de uso e de troca, pois permite abranger o debate do direito à cidade, o papel do Estado, o condicionamento da dominação do espaço por agentes do capital, sejam imobiliários ou financeiros, e a cidade como espaço de reprodução da vida. Outro processo também percussor de contradições pode ser observado nessa estruturação, a expansão urbana.

A necessidade cada vez maior de terrenos, produto da aglomeração do espaço urbano, através de atividades econômicas que são intensificadas pela concentração do capital

e da dinâmica de acumulação da sociedade capitalista, influencia na urbanização (Silva, 1995). Dois fatores importantes para a forma diferenciada de como os processos ocorrem estão relacionados à disponibilidade financeira, pois o preço de mercado vincula-se ao que a demanda está disposta a pagar e as características físicas das periferias urbanas e dos centros. A barreira ambiental é fundamental para definir os investimentos em determinada área, e não é lucrativo para o capital sancioná-la.

Singer (1982, p.29) explica a expansão das cidades ao apontar que: “O crescimento do solo urbano implica necessariamente na reestruturação do uso das áreas já ocupadas”. A estrutura se modifica ao longo do tempo ou pelo tamanho da cidade, que era caracterizada por áreas residenciais de alto nível localizadas no centro, e isso se modificou. A expansão do centro, que passa a se aproximar das áreas periféricas, provoca maior movimentação e violência, o que leva os moradores de classes de maiores rendas a residirem em outros locais, as periferias, que não mais recebem apenas o sentido pejorativo, pois captadas pelo mercado imobiliário (Singer, 1982).

No Brasil, a expansão das grandes cidades e metrópoles e, conseqüentemente, a periferização aconteceu, mais evidentemente, a partir de 1960. O país seguiu o modelo europeu e a crescente violência (e seu discurso) fez com que as classes com maior poder aquisitivo se autossegregassem em áreas distantes do centro. Entretanto, décadas após, o fenômeno também ocorreu em cidades médias e sub-regionais, e compôs centros e áreas periféricas bem definidas.

Com a expansão urbana, surgem novas expressões da segregação. A organização espacial da cidade revela as desigualdades do processo e os lugares são restringidos pelos limites impostos propriedade privada (Carlos, 2007). Parte das áreas residenciais dos centros é abandonada, mas o capital imobiliário não permite a sua ocupação de modo fácil pela população pobre. Assim, os “grupos excluídos” também não têm direito ao centro e são realocados para as periferias pobres. Essas, sim, no sentido pejorativo da palavra, pois não possuem infraestrutura urbana, nem direito aos serviços públicos. E explicitam ainda mais a produção capitalista do uso do solo e como as características das áreas periféricas pobres são determinantes em sua utilização. O uso, mais uma vez, depende dos objetivos dos proprietários e da ação do Estado, por meio de legislações e do controle do solo urbano.

Dessa forma, a realização da vida e sua identidade através do tempo são caracterizadas pelo uso do espaço e da regulamentação urbana, que é feita pelo Estado em

suas três esferas. Tal uso é uma ação socioespacial concreta, coagida por agentes hegemônicos que promovem as contradições e consequentes conflitos entre as classes. A contradição mais explícita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação socioespacial das áreas residenciais.

No planejamento urbano brasileiro, ocorrido entre 1970 e 1980, as cidades cresceram quase sem legislação; as periferias se estenderam, assim como a falta de infraestrutura urbana. O planejamento se revelava preocupado com a promoção do setor imobiliário: conversão do solo rural em urbano, valorização dos imóveis, atividades especulativas e construção em massa de habitações populares. Dessa forma, a legislação é utilizada de duas maneiras: numa ação ambígua ou por aplicação arbitrária (Maricato, 2002). É implícito que as contradições do espaço urbano, quando insuportáveis, desencadeariam a guerra civil, pelos conflitos insustentáveis. Por isso, o Estado, que age em favor da capital, apazigua as contradições, tolera a ocupação em áreas de pouco interesse e intervém naquelas que apresentam benéficos locais.

A tendência de destruição de referenciais, característica da cidade contemporânea, que está em constante transformação e expansão, dá origem ao fenômeno da “nova urbanidade”, que, segundo Carlos (2007), sugere a habitação de lugares específicos e não mais da cidade. A cidade, por conta da expansão, é pensada separadamente, seus planos gestores geram privilégios em determinadas áreas e contribuem para a segregação em outras. Enquanto isso, a habitação desordenada cresce, juntamente com a predação ambiental e a violência. E a contradição continua a gerar conflitos entre as classes nas cidades formais e informais que coabitam numa única cidade (Maricato, 2002).

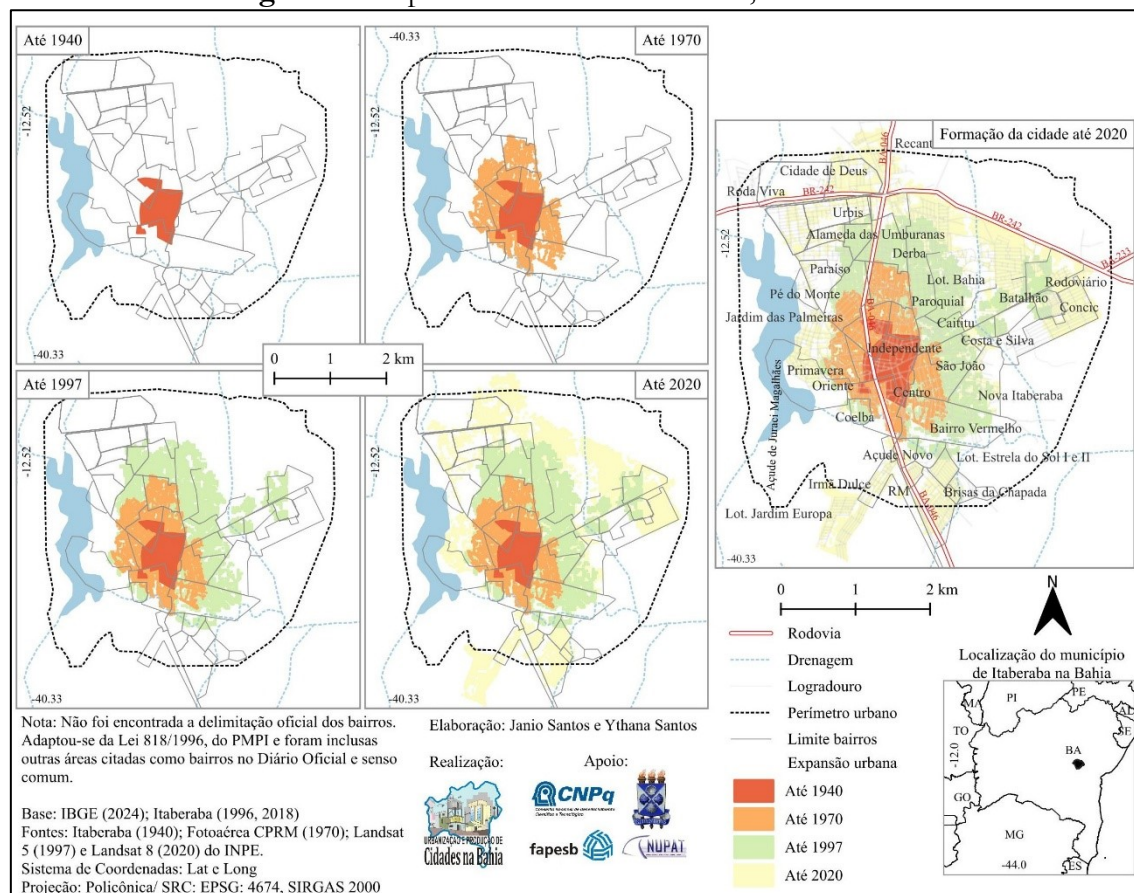
Expansão da cidade de Itaberaba entre as décadas de 1980 e 2000

No que diz respeito à mancha urbana e seu crescimento em Itaberaba a partir de 1980, o primeiro fator peculiar é que ela não se desenvolveu em torno da BR-242, como aconteceu em outras cidades do mesmo porte. Pelo contrário, como é possível notar na Figura 1, a cidade cresceu a partir de outros mecanismos. Inicialmente, o bairro Centro foi o mais influenciado pela dinâmica e Silva (1995) ajuda a compreender os motivos da expansão a partir do centro, diretamente ligada à aglomeração causada pelas atividades econômicas, que são intensificadas pela concentração de capital.

A mancha urbana de Itaberaba em 1970 apresentava 9 bairros, quais sejam: Bairro Vermelho, Centro, Derba, Independente, Jardim das Palmeiras, Oriente, Paroquial, Primavera e São João. Entretanto, até a década de 1990, apenas os mais centrais evidenciam maior adensamento, sobretudo Centro, Independente, Jardim das Palmeiras e Oriente, nos quais estavam localizados a feira livre e os principais estabelecimentos comerciais e de serviço.

Com base na Figura 1, é possível comparar a dinâmica. Antes de 1952, a feira livre era realizada na Praça do Rosário, no Centro, primeira área mais urbanizada. Posteriormente, inaugurou-se o Mercado Municipal na Praça Flávio Silvani, também no bairro Centro, o que aumentou a mancha urbana para o bairro Independente, pela proximidade com o Centro, e tornou as áreas mais adensadas, à época. Sob a mesma lógica e com adensamentos expressivos, também os bairros Paroquial, Oriente e Primavera cresceram. E por questões ambientais pouco favoráveis - o último se encontra perto do Açude, enquanto o Pé do Monte localiza-se numa parte mais íngreme - e pela falta de investimentos em infraestrutura urbana, esses surgiram enquanto áreas de expansão dos mais pobres, até os anos 2000.

Figura 01. Expansão urbana de Itaberaba, 1940 a 2020.



A migração de pessoas, teoricamente, em busca de melhoria na qualidade de vida, muito mais ligadas à expropriação rural, conforme aponta Santos (2012), as quais não tiveram a possibilidade de moradia nos bairros mais centrais, formou outras áreas pobres, como os bairros Primavera, Pé do Monte, Vermelho e Açude Novo. Conforme Carlos (2007), a organização espacial revela as desigualdades do processo, e tais bairros, devido o desmonte da instância federal de habitação, diferente da expansão urbana no Urbis, cresceram sob processos de exclusão social, que se refletem na paisagem urbana e nas áreas de ocupação inadequadas nas quais os moradores foram limitados a habitar.

Depois, a feira livre foi transferida para o então “Aterro do Tanque do Coqueiro”, como era popularmente conhecido, o que fez com que os bairros de entorno recebessem a população que buscava por residências próximas ao centro, como é o caso do Dois Dois⁴. O que mais uma vez constata as afirmações de Singer (1995) sobre o aumento da necessidade de terreno, conforme a reconfiguração das atividades econômicas do local.

Os bairros São João e Costa e Silva cresceram e se expandiram, sobretudo, face a implantação de serviços públicos, como o Hospital Regional e o Campus Universitário XIII da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), que valorizaram algumas áreas da cidade, embora tenham crescido pouco no que se refere à mancha urbana, até a década de 2000. Todavia, a implantação dos serviços evidencia o papel ambíguo do Estado, discutido por Maricato (2002), já que tais bairros receberam valorização fundiária a partir da implantação de serviços.

A partir dos anos 2000, é possível perceber um crescimento mais expressivo da mancha urbana de Itaberaba. A cidade passa a ter novas dinâmicas, como a chegada da indústria DASS, que fortaleceu o setor secundário no município e contribuiu para sua expansão, ainda que o crescimento não tenha aumentado diretamente o percentual da população ocupada no setor (IBGE, 2024). Também a dinamização do setor habitacional, tanto o setor público quanto o privado, como veremos posteriormente, que favoreceu a sua expansão.

O panorama que se tem da mancha urbana de Itaberaba, em 2020, é que a cidade possui 27 bairros, como se observa na Figura 1⁵. A feira, que antes era vetor de crescimento,

⁴ Apesar de frequente citado, este bairro não consta nos documentos da Prefeitura de Itaberaba.

⁵ Os “bairros” estão delimitados conforme arquivos vetoriais enviados pela Prefeitura Municipal de Itaberaba, e envolvem também loteamentos, conjuntos etc. Não foi encontrada a delimitação oficial dos bairros, por isso adaptou-se a Lei 818/1996 e o Plano Municipal pela Primeira Infância (Itaberaba, 1996, 2018). Todavia, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

se tornou “problemática”, face questões sanitárias, discurso típico do urbanismo sanitarista. Em 2004, foi inaugurado o Mercado Municipal João Almeida Mascarenhas, com novos padrões sanitários, mas no Campo do Governo, onde se constituía a população mais pobre, na época. Entretanto, demonstrava ser uma zona de expansão da cidade, ainda que sob lógicas excludentes.

A cidade de Itaberaba se expandiu em todos os setores, especialmente, a partir das avenidas Luís Viana Filho, que faz parte da BA-243, e Rui Barbosa, que faz parte da BA-046, o que formou bairros de entorno. A avenida Luís Viana Filho, ao receber a fábrica de calçados DASS e comportar o Terminal Rodoviário, além de diversos empreendimentos e serviços, corroborou a consolidação dos adensamentos dos bairros Costa e Silva, Conic, Batalhão, São João; enquanto a avenida Rui Barbosa consolidou o adensamento expressivo dos bairros Urbis, Independente, São José e Loteamento Bahia, área especulada da cidade, atualmente.

A mesma dinâmica de expansão a partir das BAs não foi observada na rua Aloísio Sampaio, que também faz parte da BA-046. A expansão urbana mais dinâmica da área foi notada depois da implantação dos conjuntos habitacionais, entre 2013 e 2017, o que explica o adensamento dos bairros Açude Novo e Irmã Dulce.

Além disso, ocupações urbanas ganharam visibilidade, notadas na Figura 1, nos bairros Cidade de Deus e Sem Teto (atual Alameda das Umburanas), no noroeste da cidade. Tais bairros foram consolidados a partir de ocupações do movimento dos sem-terra urbanos e são recentes áreas de expansão que fogem à lógica hegemônica de produção da cidade apenas por agentes públicos ou privados, e refletem a resistência dos “excluídos”. Portanto, se em cidades grandes temos expressões de subversão nas favelas (Maricato, 2002), nas cidades sub-regionais as classes sociais “excluídas” igualmente tomam seus direitos através das ocupações urbanas.

Portanto, a cidade de Itaberaba se tornou a maior de seu território de identidade e possui um crescimento expressivo da mancha urbana, especialmente entre 1997 e 2020, o que não quer dizer que a expansão seja menos excludente. Pelo contrário, ao reafirmar a teoria da cidade mercadoria de Carlos (2007), os processos de formação e expansão da cidade e seus respectivos bairros demonstram a falta de compromisso com a construção de uma

ressalta-se que outras áreas da cidade são citadas como bairros no Diário Oficial do município e no senso comum.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

cidade para seus habitantes e, sim, comprometida com a expansão do capital sob lógicas específicas.

Expansão urbana: agentes e suas dinâmicas

Durante as décadas observadas, a cidade de Itaberaba expandiu por diversas iniciativas. Num primeiro momento, as ações públicas foram mais fortes e, mais recentemente, as privadas ganharam relevância, junto às públicas. Inclusive, pode-se afirmar que, diferente do que é observado na expansão de certas cidades pequenas (Santos; Santos; Borges, 2021), Itaberaba apresenta tendências recentes de especulação por agentes imobiliários na periferia. Acredita-se que o fenômeno acontece por se tratar não mais de uma cidade pequena, mas sub-regional, como defende Santos (2022), com escalas de influência e serviços diferenciados.

As dinâmicas refletiram a predominância de agentes específicos na expansão. Nas dinâmicas dessas cidades, o que se pode notar é o protagonismo do Estado, num primeiro momento, a partir da oferta de infraestrutura urbana, regulamentação dos espaços e de serviços, que favorecem a expansão. Todavia, mais recentemente, há iniciativas de promotores fundiários e imobiliários, face à produção de novos loteamentos e condomínios fechados. A partir da década de 1980, a expansão de Itaberaba continuou marcada pela oferta de bens e serviços pelo Estado em sua esfera estadual, mas também representou a tendência da “corrida” pela urbanização, que foi observada nas cidades brasileiras entre 1980 e 1990.

Em 1981, foram instalados pelo menos sete serviços importantes para os residentes. Dentre esses, a rede telefônica, o complexo policial, o colégio Estadual de Itaberaba, bem como melhorias nas vias de transporte na cidade. Entretanto, as instalações demonstraram a rapidez com que as medidas de urbanização aconteceram, mas não alcançaram toda população. O Estado gerencia os serviços e favorece a expansão em algumas áreas, todavia acirra escassez e privilegia outras (Singer, 1982). Há, portanto, o comprometimento com a urbanização atrelada à reprodução do capital, e não com a qualidade de vida de seus habitantes.

Tal fato é evidenciado, por exemplo, pela carta de reivindicações sanitárias feita pelos alunos do Colégio Estadual de Itaberaba, em 1981. No documento entregue ao então prefeito Antônio Andrade Santos, os estudantes listaram os problemas sanitários observados

na cidade, que eram muitas vezes vetores de doenças para os residentes e afetavam, além da qualidade de vida, a saúde de crianças, jovens e adultos.

Entretanto, o discurso do comprometimento com a oferta de bens e serviços continuou sendo a base para a expansão da cidade. No mesmo ano, ainda foram doados terrenos para construção da Unidade Médico-assistencial da Previdência Social e a cidade tornou-se polo no setor para a região. Por outro lado, os esforços do governo federal para o ordenamento dos municípios continuaram a favorecer a expansão de Itaberaba, evidenciados a partir dos documentos do Encontro Nacional de Industrialização Municipal e do Plano Nacional de Habitação (Itaberaba, 1981).

Em 1983, foi promulgado o primeiro Código de Obras do município, no qual estavam estabelecidas as condições gerais relativas às edificações. A partir de 1984, devido às divergências entre o prefeito Linésio Bastos e o governo do estado da Bahia, a cidade passou a não obter recursos suficientes para garantir a continuação da acelerada oferta de serviços, e tornou-se mais dependente dos repasses federais (Itaberaba, 1983).

A partir de 1985, o governo federal propôs a recuperação do Nordeste e o apoio à autonomia dos municípios. O que se notou, no período, foi o aumento do funcionalismo público municipal e a promoção do setor terciário, através da criação do Parque de Exposição Agropecuária, em 1987, de feiras anuais de indústria e comércio, bem como do Projeto de Portão da Chapada, que impulsionava o turismo e outras atividades do setor (Itaberaba, 1987).

A década de 1990 foi marcada pela estruturação da esfera municipal e da tentativa de sanar as problemáticas urbanas que surgiram a partir da rápida e excludente urbanização, com vistas, no discurso, à melhoria da qualidade de vida. O Instituto de Educação de Itaberaba foi inaugurado, atual Núcleo Territorial de Educação 14 (NTE-14), e o Ginásio de Esportes, hoje Rafael Souza de Oliveira, começou a ser construído. Em 1990, foi aprovada a Lei Orgânica de Saúde de Itaberaba, mas apenas em 1995, quase 15 anos após as reivindicações dos estudantes do Colégio Estadual de Itaberaba (1981), foram instalados os serviços de água e esgotamento sanitário da cidade (Itaberaba, 1990, 1995). Em 1997, Miguel Brito assumiu a prefeitura de Itaberaba. Até 2000, são notados na cidade a implantação do Banco de Serviços e o asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Itaberaba a Ipirá.

A migração de pessoas do campo ou de cidades menores pela oferta de bens e serviços, mas também por melhores condições de vida, unida ao planejamento urbano

excludente, fizeram com que surgissem ocupações em algumas áreas da cidade. Devido ao desmonte da instância federal de habitação de interesse social, a época, mas também da extensão territorial da cidade, houve a reformulação da estrutura administrativa em 1994, que criou conselhos e órgãos de assentamento, embora não tenham efetivado as propostas.

As ocupações na década de 1990 foram evidenciadas em documentos do planejamento do município em 1994. Não se sabe em que áreas estavam localizadas, nem quantas foram, mas acredita-se que a pressão realizada pelas classes segregadas foi fundamental para a formação de conselhos e órgãos de assentamento de Itaberaba (1994). Entretanto, foram encontrados registros da incorporação dos Sem-Teto urbano (Itaberaba, 2004) no bairro Cidade de Deus, ver Figura 2, também conhecido, pejorativamente, como “Invasão”. Mais uma vez, a ação ambígua do Estado, evidenciada por Maricato (2002), ganha expressividade: ao mesmo tempo em que age a favor do capital, o Estado busca apaziguar suas contradições.

O que se pode constatar da expansão urbana de Itaberaba, nas décadas de 1980 a 2000, pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, entre 1980 e 1990, foi marcado pela “corrida” para a urbanização, o que evidenciou preocupação com a oferta de serviços, mas possuía aspectos excludentes que não se preocuparam com o acesso de todos à infraestrutura, uma vez que a produção do espaço urbano é realizada para a reprodução do capital. Por esse motivo, contribuiu para a expansão de uma cidade desigual e sem garantias de qualidade de vida. Entre 1990 e 2000, o que foi possível observar é a tentativa de reparar algumas problemáticas geradas pelo crescimento acelerado, mas ainda sem recursos administrativos e financeiros para tais ações. O que fez com que a cidade continuasse a crescer, mesmo com problemáticas relacionadas à moradia, saneamento básico e desemprego.

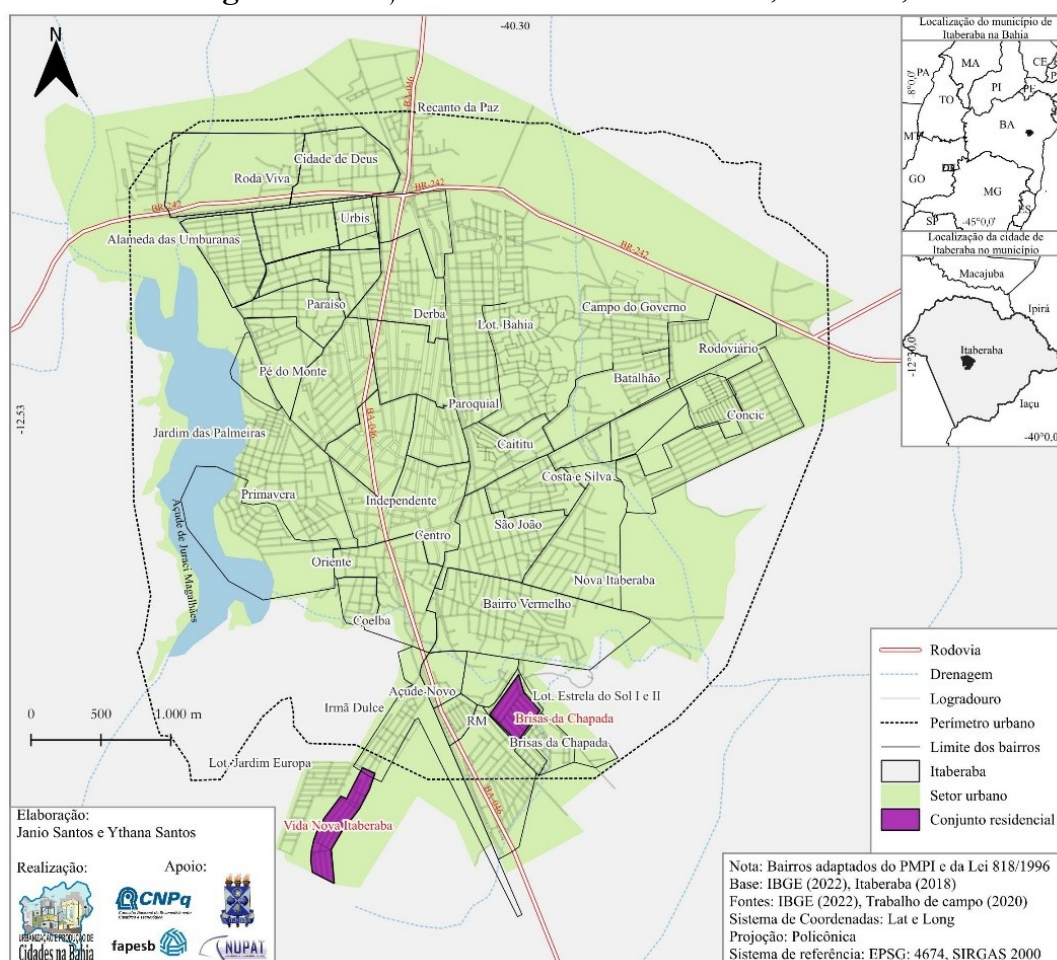
O início dos anos 2000 foi marcado pela implantação do campus universitário da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) na cidade, bem como a construção do “novo” mercado, João Almeida Mascarenhas, marcos que representaram a oferta de mais serviços e a perpetuação do ideal de “modernidade” que se perseguia na época. Entretanto, as problemáticas urbanas traziam a urgência de uma nova política urbana que fosse democrática e eficaz. Em contrapartida, a tendência neoliberal ganhava cada vez mais notoriedade nos planos de resolução para essas problemáticas nos governos.

O Estado continuou sendo o maior agente da expansão urbana, entretanto, não mais pela oferta de bens e serviços e acelerada urbanização, mas a partir do setor habitacional em

instância federal, e parceria da iniciativa privada. Em 2008, foram construídas 100 unidades habitacionais para famílias de baixa renda no município, financiadas através do Ministério das Cidades (MC) e da Caixa Econômica Federal (CEF), além de decretos de desapropriação de terreno para a construção de mais 200 casas populares (Itaberaba, 2008). Incidentemente, as casas foram construídas próximas à fábrica de calçados Dass, inaugurada em 2004.

Em 2009, a cidade inaugurou o Brisas da Chapada, o primeiro conjunto habitacional popular do Programa Minha Casa Minha Vida, com 500 unidades. O segundo conjunto habitacional implantado em Itaberaba foi o Residencial Vida Nova Itaberaba, entregue em três etapas: os módulos 1 e 2, com 456 e 388 unidades, respectivamente; e o terceiro módulo com 292, o que totalizou a entrega de 1.125 novas unidades habitacionais para os beneficiados do Programa em 2013, 2014 e 2015, no governo de João Almeida Mascarenhas Filho (Figura 2).

Figura 02. Conjuntos habitacionais do PCMV, Itaberaba, 2020.



A construção dos conjuntos habitacionais convergiu na expansão dos bairros Açude novo e Irmã Dulce, respectivamente, mas também de conjuntos em áreas periféricas e da especulação do setor privado imobiliário, a partir da atuação de agentes específicos. O que garantiu a expansão de áreas de entorno, antes zonas rurais, que se tornaram terrenos incorporados à cidade pelo setor privado a partir de 2010.

A expansão urbana talvez seja o mais expressivo desdobramento do PMCMV na cidade. O crescimento urbano é notável e representa a fragmentação e a articulação do espaço urbano, bem como acirra suas desigualdades, como aponta Carlos (2007). A localização dos conjuntos, de forma alguma foi impensada, uma vez que foram alocados em áreas estratégicas para os interesses do capital. É possível observar a conversão das áreas rurais em urbanas no entorno dos conjuntos, ao longo dos anos, e a oferta de lotes imobiliários, que revelam o protagonismo dos agentes fundiários e imobiliários, impulsionados pelo poder público.

Embora tenha disponibilizado poucos equipamentos urbanos nessas áreas, a conversão do solo rural em urbano foi incontestável e proporcionou ao capital a possibilidade de desenvolver a cidade nas áreas de “vazio urbano”, que ora antecedem, ora estão ao lado dos conjuntos. Pelo menos sete loteamentos foram criados nessas áreas após a entrega dos residenciais Brisas e Vida Nova Itaberaba, são eles: Fluminense, Estrela do Sol 1 e 2, Jardim Europa, Bom Viver, Aurora e Alvorada. Por outro lado, a transformação do espaço urbano não assegurou o direito à cidade dos moradores dos contemplados pelo Programa.

Na Figura 2, observam-se loteamentos que surgiram no entorno dos conjuntos habitacionais ao longo dos anos, e caracterizam a expansão urbana, impulsionada pela esfera governamental para interesse social, mas atrelada também ao compromisso de expansão da cidade pela esfera privada. O primeiro condomínio da cidade, construído na parte norte, foi o Residencial Bonanza, financiado pela CEF, através do PMCMV, vendido pela imobiliária Nova Vida Itaberaba e construído pela FCKConstruções em 2011. O que comprova ainda mais a participação do setor privado na expansão da cidade, a partir da ação do Estado.

Isso acionou agentes da produção do espaço urbano que encontraram dinâmica vantajosa na expansão da cidade: os proprietários fundiários e promotores imobiliários. Sob pseudônimos de empresas, embora a maioria se tratasse da mesma pessoa, passaram a gerir a expansão de áreas urbanas. Os setores norte e nordeste também começaram a ser

especulados por agentes imobiliários, a partir da promoção de condomínios e loteamentos de terrenos, nos quais, onde não havia infraestrutura urbana, os próprios agentes a proporcionavam.

No bairro Loteamento Bahia, parte nordeste da cidade, a empresa Bahia Imobiliária da Chapada construiu outros dois condomínios: o Brezza de Fiori, inaugurado entre 2014 e 2015, e o Grand Bahia, em 2018, ambos com o diferencial de venda de lotes para construções de alto padrão. A mesma imobiliária foi responsável pela venda dos loteamentos no entorno dos dois condomínios, são eles: Madri e Jardim Europa, além dos lotes para comércio, localizados na BR 242 (ver Figura 2).

O setor privado ainda foi responsável pela construção e consequente expansão de Itaberaba em outros três bairros: Primavera, através do loteamento de casas Parque das Águas; Loteamento de casas Bela Vista, próximo ao bairro Concic; e o loteamento de terrenos para autoconstrução, Colorado, também próximo à saída leste da cidade, conforme Figura 2.

A série de mudanças na dinâmica urbana, a partir de agentes específicos dos setores público e privado, contribuiu para a expansão de Itaberaba, mas também para a segregação de munícipes e a negação do direito à cidade para muitas famílias. É preciso lembrar que as ocupações urbanas fizeram e fazem parte da expansão da cidade e formaram os bairros Cidade de Deus e Princesa do Sertão, antes conhecidos como Invasão e Sem Teto, além de outras áreas invisibilizadas pelo poder público, que sofrem com a falta de saneamento e condições dignas de infraestrutura urbana.

O que se percebe da periferia formada em Itaberaba é que, como em algumas cidades pequenas discutidas por Santos, Santos e Borges (2021), ela possui um centro bem delimitado e com alta concentração de serviços. Todavia, as áreas residenciais fora do centro se diferem entre periferias pobres, formadas pelos programas governamentais e ocupações urbanas, além de locais onde os terrenos possuem menor preço; e, por outro lado, periferias residenciais construídas para as classes média e média-alta, que tentam se inserir cada vez mais no modo de vida da sociedade “moderna” das cidades grandes, e morar em condomínios fechados, que são especificidades das cidades sub-regionais, abordadas por Santos (2022).

Portanto, não podemos afirmar que há uma “nova urbanidade”, como nas grandes cidades (Carlos, 2007), pois se trata da habitação de lugares específicos e não mais da cidade,

e crescem a especulação e a mercantilização do espaço urbano, ao mesmo tempo em que coexistem as práticas sociais não hegemônicas. Os modos de vida urbano e rural ainda se mesclam, a escala da realização da vida ainda não foi totalmente modificada.

Consequências da expansão em Itaberaba e especificidades das periferias em cidades sub-regionais

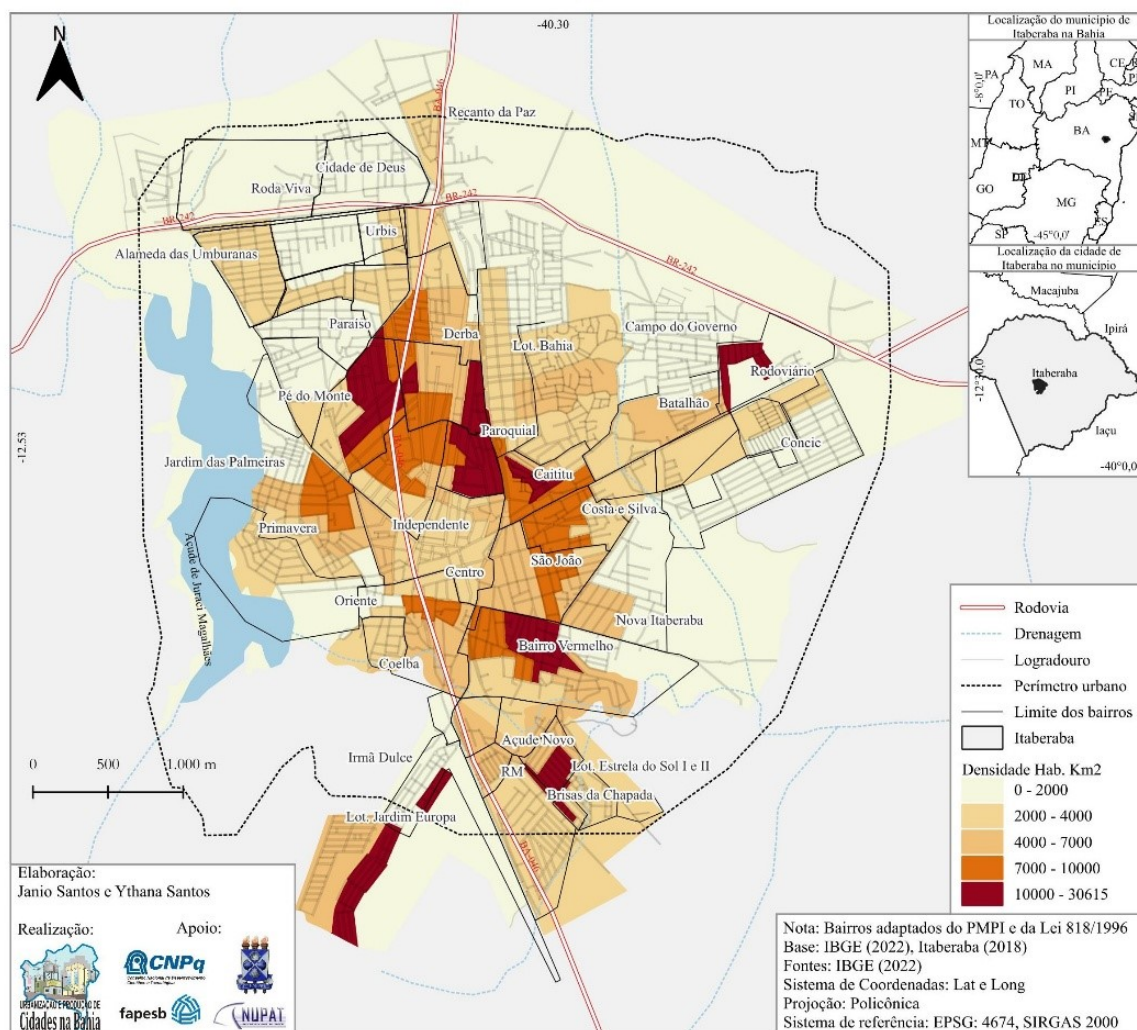
A expansão urbana em Itaberaba, assim como em outras cidades menores, corroborou a formação de uma dinâmica urbana desigual. O crescimento da mancha urbana e os interesses dos agentes que contribuíram para o fenômeno transformaram a cidade e deram ao seu espaço características específicas.

Como cidade sub-regional, Itaberaba possui uma mancha urbana na qual é possível observar as periferias que se formaram a partir da distância com o centro. Nos últimos 20 anos, os setores sul e norte cresceram em função da construção de conjuntos habitacionais e condomínios fechados, respectivamente. Enquanto isso, nos setores leste e oeste, a criação de loteamentos pontuais também caracterizou o aumento da mancha urbana, além das ocupações que foram legitimadas pelo Estado e formaram bairros.

Todavia, a produção da cidade representa desdobramentos desiguais e excludentes que são expressos, dentre outros fatores, a partir da análise socioeconômica dos setores urbanos de Itaberaba. Dessa forma, cabe comparar os perfis das pessoas que ocupam as diferentes periferias formadas e desvendar as características e problemáticas que as identificam.

Na Figura 3, são observadas áreas com maior quantidade de habitantes por metro quadrado. Em Itaberaba, embora haja áreas de expansão, os bairros limítrofes ao Centro ainda eram os mais adensados, em 2022. Também se pode notar, ao analisar os dados, que a concentração populacional da cidade expressa certa dependência da proximidade dos bens e serviços, uma vez que se concentram no Centro, sobretudo para os mais pobres, embora haja tendência a desconcentração populacional no último bairro.

Figura 03. Densidade demográfica, Itaberaba, 2022



Há, no entanto, tendências de criação de periferias com infraestrutura, a exemplo dos três condomínios fechados construídos na cidade, que seguem o padrão de evasão residencial dos centros em cidades maiores, por especulação nas áreas centrais ou por autoss segregação. Com o aumento (do discurso) da violência, falta de mobilidade, atratividade urbana, pressão dos agentes imobiliários, os residentes que possuem maiores rendas nas cidades sub-regionais tendem a migrar para periferias formadas por condomínios fechados com melhor infraestrutura. Entretanto, diferente das grandes cidades, os motivos não têm a ver com a violência, mas com a especulação dos terrenos nos espaços centrais e o compromisso com a expansão urbana pelo capital imobiliário, que encontra na cidade áreas propícias.

As representações de densidade, sobretudo do setor sul, apresentaram mudanças mais expressivas no contingente populacional, devido à implantação dos conjuntos habitacionais, que juntamente com as ocupações urbanas, apresentam alta densidade populacional e formam as periferias pobres da cidade.

Há também a tendência aos “vazios urbanos”, áreas loteadas na cidade, que servem para especulação (Singer, 1982). Portanto, tais espaços são observados, sobretudo, no setor próximo aos condomínios fechados de Itaberaba, área nordeste. Por ser mais valorizada, recentemente loteada e com implementação de infraestrutura pelo setor privado, além da proximidade com a BR-242, a compra de terrenos para especulação cresceu.

Sobre as moradias inadequadas⁶, Figura 4, nota-se concentração em áreas de ocupações, como os bairros Cidade de Deus e Alameda das Umburanas (Sem Teto), e refletem as condições de exclusão e falta de infraestrutura para as pessoas que lutam por moradia. Ainda que os bairros tenham sido reconhecidos pelo poder público, não são alcançados pela infraestrutura urbana de maneira efetiva. Também se observam moradias inadequadas em novas áreas de expansão urbana.

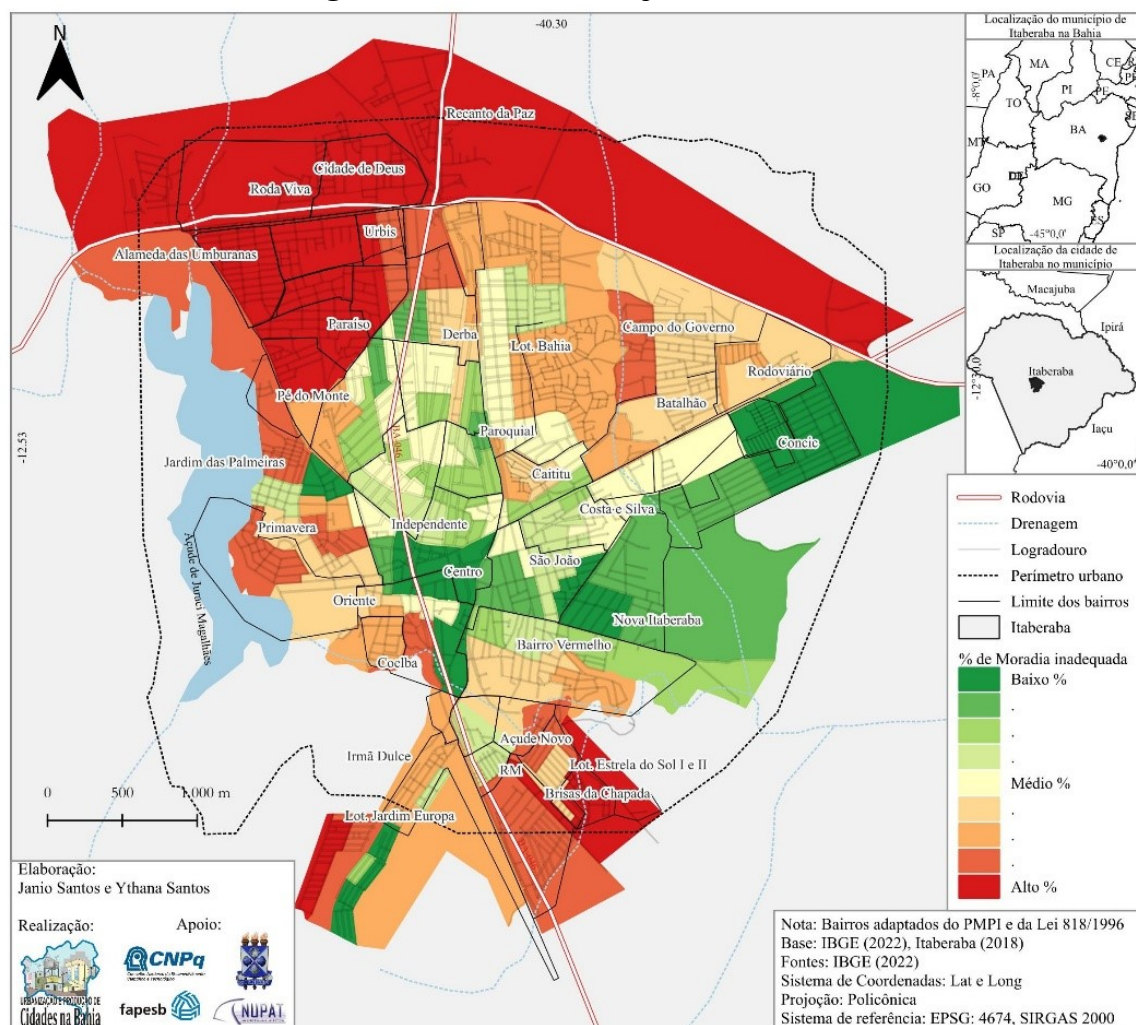
Nessa direção, é importante comparar as desigualdades de renda entre a população das periferias. Na Figura 5, os maiores indicadores econômicos acompanham o padrão anterior de concentração no Centro, e quer dizer que as áreas centrais tinham a população com a maior renda do responsável pela família. Entretanto, destacam-se também as áreas condominiais do setor norte, sobretudo no condomínio Brezza De Fiori, no qual as parcelas mensais dos lotes chegam à quase R\$ 900,00, segundo dados da pesquisa documental.

⁶ A metodologia usou como referência o percentual de domicílios no setor censitário cujo abastecimento de água não chegava na residência, e a água, esgotamento, banheiro e lixo não estavam integrados à rede geral, com base nos dados do Censo de 2022.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

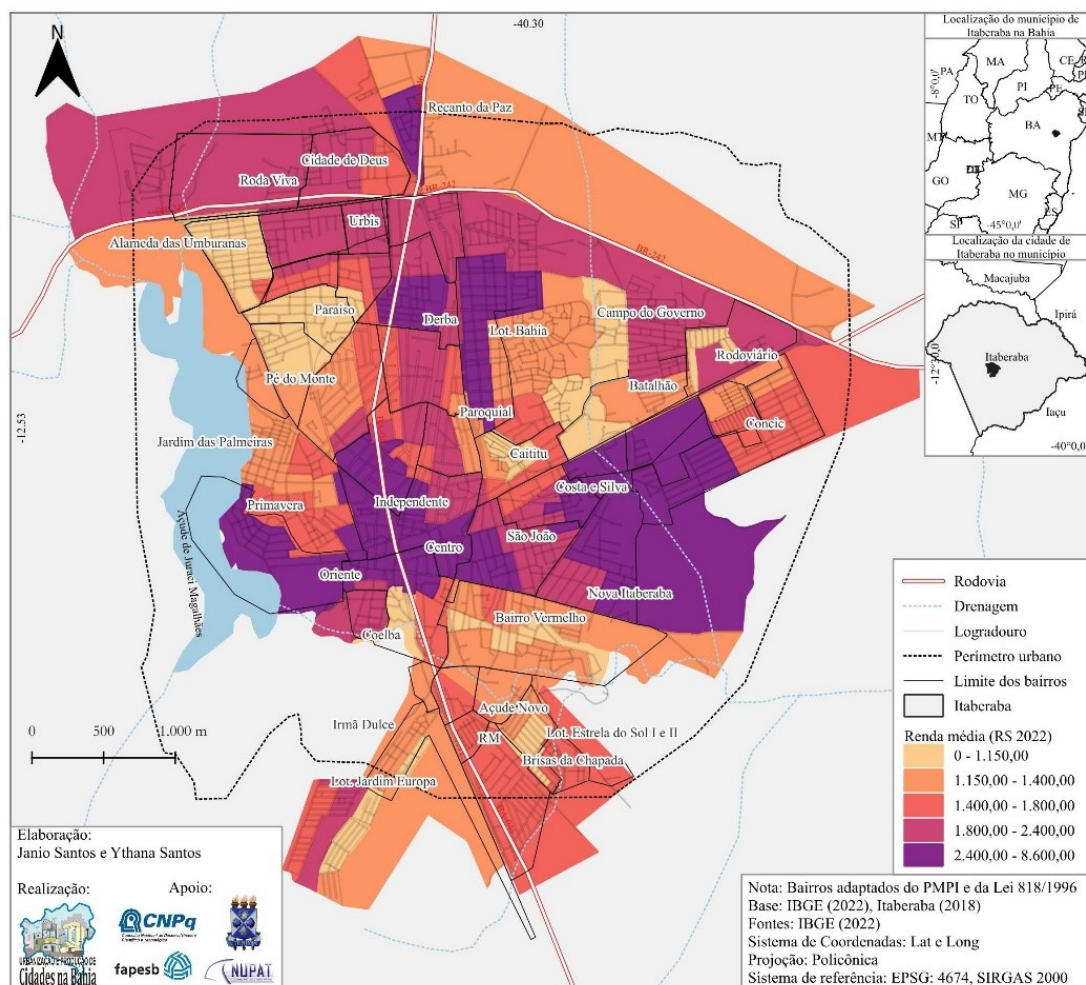
ISSN: 2176-5774

Figura 04. Moradias Inadequadas, Itaberaba, 2022.



Em contraponto, no setor sul, onde se localizam os conjuntos habitacionais e nas áreas de ocupação, o que se percebe são as menores rendas médias da cidade. Isso representa a expansão seletiva e desigual da cidade, na qual se estabelecem áreas de periferias com perfis de renda específicos, onde a classe mais pobre é segregada pelo poder público, e a iniciativa privada cria mecanismos de autoss segregação para os mais abastados.

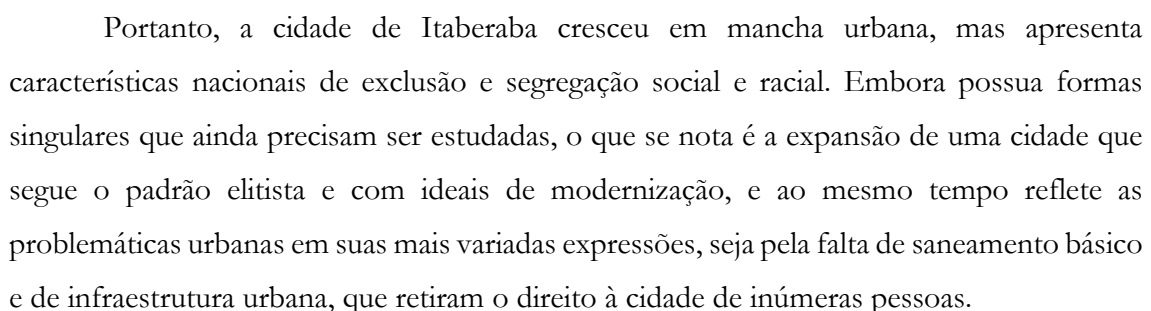
Figura 05. Renda nominal média do responsável pela família, Itaberaba, 2022.



A segregação urbana possui ainda traços que representam a perpetuação de sistemas patriarcais e racistas. Na Figura 6, vê-se que os maiores percentuais da população autodeclarada negra estão concentrados em áreas mais distantes do centro, sobretudo, mais uma vez, no setor sul e nas áreas de ocupação de Itaberaba, e comprovam que as periferias sem infraestrutura ou com menor renda per capita são designadas para as pessoas mais pobres, e também refletem a luta racial silenciosa que se trava nas periferias urbanas brasileiras, seja em cidades maiores ou sub-regionais, como é o caso de Itaberaba.

Então, o que se compreende das consequências da expansão urbana em Itaberaba é uma segregação orquestrada pelo setor público e impulsionada pelo setor privado, com apoio do Estado. Salvo, todavia, as áreas de ocupação, que expressam a insurgência da população e o movimento contra hegemônico na luta pelo direito à cidade, que, para Lefebvre (1991),

Figura 06. Percentual da população negra (preta e parda), Itaberaba, 2022.



Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

é errôneo não apresentar contribuições referentes à periferização das cidades sub-regionais, que, em sua maioria, não receberam grandes polos industriais, nem possuem uma classe média tão numerosa, num primeiro momento, mas que formou periferias singulares.

As cidades menores são muitas vezes conceituadas sob parâmetros demográficos, que não explicam as suas características específicas, nem suas dinâmicas. Mesmo que limitadas, algumas possuem certo poder de gestão do território, devido às instituições e serviços públicos ofertados, e as atividades econômicas ligadas à produção e circulação de mercadorias. Isso acontece devido à modernização tardia, aparelhada pelo Estado a partir da década de 1960, que, através da melhoria dos serviços nas cidades menores, fortaleceu dinâmicas urbanas, embora não tenha garantido a especialização (Santos; Santos; Borges, 2021).

A análise da escala da cidade passa a ser essencial para definir o tipo de periferia que nela se consolida. As lógicas que materializam as cidades podem divergir de acordo com o tamanho, grau de influência e objetivos e, dessa forma, cada cidade possui uma periferia com características próprias. Algumas cidades menores possuem periferias difíceis de distinguir, mas outras não, como abordado por Santos, Santos e Borges (2021).

Como é possível notar em Carlos (2007), periferia e centro são pares dialéticos, logo, um não existe sem o outro. Dessa forma, surge o primeiro problema ao analisar as periferias nas cidades menores, já que a periferia pressupõe um centro relativamente bem definido, algo nem sempre visto em muitas cidades pequenas, segundo Santos, Santos e Borges (2021), tendo em vista que a simples constatação da densidade demográfica não delimita um centro, embora aponte para a concentração populacional e de serviço mais expressiva.

Nas cidades sub-regionais, as periferias estão bem delineadas e, em prevalência, se constituem em áreas residenciais, sem a presença de núcleos terciários expressivos. Entretanto, como ocorre nas cidades grandes e médias, parte da população que passa a residir recentemente nelas tem tendência a se autosegregar. Por outro lado, a valorização fundiária das áreas centrais faz com que parcela mais pobre se concentre em espaços mais distantes, conseqüentemente, mais baratos e, em muitos casos, carentes de bens e serviços.

Há, portanto, tendência à formação de periferias não planejadas e/ou planejadas e sem infraestrutura, através de programas habitacionais. Os agentes imobiliários, estatais e fundiários não se ocupam do planejamento adequado dos espaços em áreas pobres, pois não geram os altos lucros encontrados em grandes centros urbanos. Nas cidades sub-regionais,

notam-se, portanto, baixos índices da qualidade da vida em partes das áreas de expansão urbana.

Percebe-se que as periferias são um produto da expansão urbana e o processo se dá de diferentes maneiras e de acordo com lógicas diversas, conforme Santos (2019). Entender a periferia, para além da análise de indicadores demográficos, de renda, alfabetização, acesso à água ou inadequação de moradias ou quaisquer outros, passa pela observação da escala de cidade na qual a periferia está inserida, como apontam Santos, Santos e Borges (2021). A cidade constitui a materialidade de uma ideologia, portanto, sempre expressa lógicas hegemônicas. Contudo, apresenta particularidades, pois as funções que lhes são atribuídas se modificam no tempo, e assim, cada cidade terá uma forma de expansão e, conseqüentemente, uma periferia diferente, ainda que produtos de ordens mais gerais.

As modificações quase nunca acontecem de maneira “natural”, pois existem interesses que as regem, o que incide com a expansão urbana, que em algumas cidades sub-regionais representam elementos de segregação e profundas transformações no espaço urbano: primeiro, porque em cidades sub-regionais, diferente de muitas pequenas estudadas por Santos e Santos e Borges (2021), já se distingue o centro e a periferia com maior clareza, e a expansão não é incipiente; mas, o principal produto da expansão urbana ainda é a periferia pobre, mesmo que pessoas com rendas maiores passem a residir distantes do centro. Por um lado, as periferias pressupõem, de forma geral, lógicas geométricas. Sendo assim, são sim áreas relativamente afastadas do centro, todavia que podem ou não ser mais valorizadas, que podem ou não ter serviços e infraestrutura. O Estado é principal agente de regulamentação e planejamento das periferias nas cidades sub-regionais, entretanto, age em favor do protagonismo de agentes fundiários e imobiliários, como em cidades maiores.

Nas cidades sub-regionais, ainda que não tão expressiva, há classes de média e altas rendas a morar fora do centro, portanto, já se notam interesses dos agentes imobiliários voltados para camadas de maiores renda a residir em áreas periféricas. Mas não há desvalorização das áreas centrais e pericentrais em decorrência de discursos da violência, que continuam a ser também ocupadas por residências das classes de maior renda.

Assim, para compreender as periferias que se formam, não basta analisar os graus de expansão de determinada cidade, mas igualmente os indicadores da qualidade e quantidade do processo para os mais atingidos, que erroneamente se consideram como passivos. Os principais interessados na expansão urbana são os residentes das cidades, mais ainda os das

periferias pobres, os mais afetados pela falta de saneamento básico, infraestrutura, mobilidade urbana, moradias adequadas. Por isso, compreender as formas desiguais e segregacionistas dos atuais e os velhos modelos da expansão urbana capitalista é fundamental para a constituição de uma sociedade mais democrática e justa.

As práticas sociais, assim como as cidades e as periferias que nelas se formam, são singulares, além de se apresentarem com características fundamentais para compreensão do espaço urbano e de sua materialidade. Como dito, tais práticas são realizadas por pessoas concretas, os residentes das cidades, que não se distinguem por si só pela periferia, mas também pela divisão das áreas comerciais e residenciais, envolvimento político etc.

Considerações finais

O que se pode notar, portanto, é que a cidade de Itaberaba se expandiu, num primeiro momento, em função de políticas que impulsionaram a oferta de bens e serviços, com a forte influência da agropecuária, do terciário local e do êxodo rural, que trouxeram novos habitantes, tanto do campo quanto de cidades menores, em busca da sonhada melhoria da qualidade de vida, ainda que sem muitas garantias para os mais pobres. Tais fatores fizeram com que a cidade quase que dobrasse o contingente populacional urbano em 30 anos (1940-1970).

A partir de 1990 e 2000, os avanços neoliberais e a perspectiva de resolução das problemáticas urbanas, causadas pela “corrida” pela urbanização, que marcou o século XX, trouxeram novas dinâmicas à produção da cidade. Agentes específicos dos setores público e privado protagonizaram a expansão de Itaberaba, mas também a segregação de munícipes e a negação do direito à cidade para muitas famílias.

O poder público, por um lado, a partir da construção de conjuntos habitacionais, num primeiro momento, criou periferias pobres e com pouca infraestrutura, e impulsionou a formação de loteamentos no entorno, financiados pela própria CEF. O aquecimento do setor imobiliário pelo governo federal favoreceu a construção do primeiro condomínio fechado da cidade, com recursos destinados à faixa 2 do PMCMV. Tais iniciativas abriram espaço para o setor privado imobiliário, que junto com os proprietários fundiários começaram a produção de periferias destinadas às famílias com maior renda; além de esforços dos promotores imobiliários na venda e popularização seletiva dessas novas áreas.

Somados a isso, outros fatores impulsionaram o crescimento urbano, a implantação de bens e serviços e a agropecuária do município, além da chegada do grupo DASS, fábrica de calçados, que emprega muitos itaberabenses. Há ainda a forte dinâmica do terciário, que é um fator importante de crescimento na cidade.

Por fim, assim como outras cidades, sobretudo sub-regionais, Itaberaba representa tendências nacionais de exclusão e segregação social e racial. Apesar de possuir formas singulares que precisam ser estudadas, como gerência do setor privado na produção habitacional, o que se observa é uma cidade que cresceu por uma “corrida” pela urbanização e “modernidade”, ora amparada pelo Estado, ora incorporada pela iniciativa privada com apoio estatal. De toda maneira, não se preocupou com o direito à cidade da população pobre, e, por isso, reflete as problemáticas urbanas em suas mais variadas expressões, que retiram o direito à cidade de inúmeras famílias.

Referências

- CARLOS, A. A. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007
- DAMIANI, A. L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. 1ªed.São Paulo: Contexto, 1999, p. 118-131.
- DIAS, P. C.; SANTOS, J. Cidades médias e pequenas: considerações introdutórias. In: DIAS, DIAS, P. C.; SANTOS, J. (Org) **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos** Salvador: SEI, p. 9-16, 2018.
- HAVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et. al (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 47-61.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades (REGIC)**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. **Sidra: Banco de dados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 28 fev. 2024.
- ITABERABA, Lei Municipal n. 618 de 1987. Concede aumento do funcionalismo público e dá outras providências. **Acervo do Poder Executivo: série- leis 1983 a 1989**. Itaberaba: APE, 1987, p.02.
- ITABERABA. Código de obras do município, 1983. **Acervo do Poder Executivo: série- leis 1983 a 1989**. Itaberaba: APE, 1983
- ITABERABA, Lei Municipal n. 790, 17 março de 1994. Cria a estrutura administrativa do município e estabelece as condições para a regulamentação de cada órgão quanto à sua implantação. **Acervo do Poder Executivo: série- leis 1983 a 2000**. Itaberaba: APE, 1994.
- ITABERABA, Lei Municipal n. 810, 09 de novembro de 1995. Autoriza o prefeito de Itaberaba a firmar contrato com a EMBASA, para concessão de exploração de serviços de água e esgotamento sanitário no município. **Acervo do Poder Executivo: série- leis 1983 a 2000**. Itaberaba: APE, 1995.
- ITABERABA, Lei Municipal n. 818, 26 de janeiro de 1996. Estabelece a divisão de bairros

da sede do município de Itaberaba. **Acervo do Poder Executivo:** série- leis 1983 a 2000. Itaberaba: APE, 1996.

ITABERABA, **Lei Municipal n. 1025, 18 de fevereiro de 2004.** Autoriza ao poder Municipal a doar lotes de terras a pessoas carentes e integrantes do Movimento “Sem Teto”, por meio da ASTI-Associação dos Sem Teto de Itaberaba. Acervo do Poder Executivo: série- leis 2000 a 2005. Itaberaba: APE, 2004.

ITABERABA, **Lei Complementar nº. 11, 16 de abril de 2008.** Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SIMHIS, o Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social - FMHIS, o Conselho Municipal de Habitação - CMH e dá outras Providências. Disponível em: <https://abre.ai/niua>. Acesso em: 01 de maio 2021.

ITABERABA, **Plano Municipal Pela Primeira Infância.** Itaberaba: Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania (SMASC), 2018

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5ª edição, São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MAIA, D. S; SILVA, W, R. Expansão urbana: processos e dinâmicas da produção do espaço em diferentes escalas. In: MAIA, D, S; SILVA, W, R; CARDOSO, C, A (ORG).

Expansão urbana em diferentes escalas, 1 edição. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 09-19.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Ó; VAINER, C; MARICATO, E (Org.) **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 121-192.

SANTOS, J. Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia. **Geopauta**, v. 1, p. 1-27, 2022.

SANTOS, Y. de O.; SANTOS, J.; BORGES, V. da S. M. Expansão Urbana e Formação de Periferias nas Cidades Pequenas do Portal do Sertão. **Revista Continentes**, n. 18, p. 162-198, jul. 2021. Disponível em: <<https://abre.ai/niuc>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, J. M. **Valorização Fundiária e Expansão Urbana Recente de Guarapuava-PR.** 1995. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1982, v.1, p. 21-36.

VALE, A. R; GERARDI, L.H O. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, L.H. O; CARVALHO, P. F. (Org). **Geografia: ações e reflexões.** UNESP, 1 ed., 2006, 231-246.

Sobre os autores:

YTHANA DE OLIVEIRA SANTOS



E-mail: ythanaos@outlook.com

Mestre em Geografia pela UFS (2025), Especialista em Ensino de Geografia e Geografia e Meio Ambiente pela FAT (2024) e Graduada em Geografia pela UEFS (2022). Integra os Grupos de Pesquisa: Estudos Urbano-regionais, Política e Educação (GRUPE/UFS) e Urbanização e Produção de cidades na Bahia (UEFS). É professora efetiva de Geografia da Secretaria de Educação estado da Bahia e atua nos temas: produção do espaço, Estado, expansão urbana e habitação em cidades pequenas e sub-regionais.

JANIO SANTOS



E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Pós-doutorado em Planejamento Urbano, na Universidade do Porto, em Portugal (2015); Doutor em Geografia, pela UNESP - Presidente Prudente (2008); Mestre em Geografia pela UFBA (2004); Licenciado (1998) e Bacharel (1999) em Geografia pela UFBA. Atualmente, é Professor-Pleno (UEFS), membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB) e Bolsista de Produtividade CNPq Nível 2. É coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia (UEFS), membro da Rede de Pesquisas sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia (Rede CMP) e integra o Núcleo de Pesquisas e Análises sobre o Território (NUPAT). Tem experiência na área de Geografia Urbana e Planejamento urbano.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: Esta pesquisa obteve apoio financeiro por meio de Bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2 e dos Editais 001/2021/UEFS e MCTI/CNPq 14/2023.